**ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA – DESAFIOS PARA CRIANÇAS E PROFESSORES NO PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO**

Keila Adriana Ferreira de Sousa[[1]](#footnote-2)

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

Keilaferreira.sousa@gmail.com

**RESUMO**

A pandemia da COVID-19 vem impactando a educação em seus diferentes níveis, exigindo uma nova forma de ensinar. Com o intuito de reduzir o fracasso escolar e salvar o ano letivo, o Ministério da Educação – MEC propôs o ensino remoto emergencial através do Parecer CNE/CP Nº 05/2020, inclusive, na educação básica. O presente estudo está sendo desenvolvido por meio de um método hipotético-dedutivo com abordagem qualitativa, tendo como objetivo geral identificar os desafios no processo de alfabetização das crianças nos Anos Iniciais no período da pandemia, e objetivos específicos: verificar a participação dos alunos durante as aulas remotas e levantar os desafios enfrentados pelos alunos e docentes nesse processo. Considerando a falta de recursos e a falta de planejamento neste momento atípico, a problemática desta pesquisa é centrada nas dificuldades enfrentadas pelos alunos e docentes diante do Ensino Remoto, visto que o aluno está em processo de alfabetização e ainda não possui autonomia, levando a refletir como a pandemia tem afetado o processo de desenvolvimento da capacidade de aprender do aluno? E quais são as estratégias que estão sendo utilizadas no Ensino Remoto? Para realizar as discussões, foi necessário o diálogo com os autores: Collelo (2020), Freire (2019), Libâneo (2006), entre outros autores, que contribuem com pesquisas voltadas para a aprendizagem. Ao final da reflexão, observa-se que apesar da tecnologia ter sido indispensável neste momento, o professor continua sendo fundamental, pois nada substitui o seu papel e as relações construídas a partir da interação dos sujeitos dentro da escola.

**Palavras-chave:** Pandemia. Ensino Remoto. Desafios. Alfabetização.

**ABSTRACT**

The COVID-19 pandemic has been impacting education at its different levels, requiring a new way of teaching. In order to reduce school failure and save the school year, the Ministry of Education – MEC proposed emergency remote teaching through Opinion CNE/CP Nº. 05/2020, including basic education. The present study is being developed through a hypothetical-deductive method with a qualitative approach, with the general objective of identifying the challenges in the literacy process of children of the Early Years, and specific objectives: to verify the participation of students during remote classes and to raise the challenges faced by students and teachers in this process. Considering the lack of resources and the lack of planning at this atypical moment, the problem of this research is centered on the difficulties faced by students and teachers in the face of Remote Education, since the student is in the process of literacy and still does not have autonomy, leading to reflect how has the pandemic affected the student's ability to learn? And what are the strategies being used in Remote Education? To carry out the discussions, it was necessary to have a dialogue with the authors: Collelo (2020), Freire (2019), Libâneo (2006), among other authors, who contribute with research aimed at learning. At the end of the reflection, it is observed that although technology has been indispensable at this moment, the teacher remains fundamental, as nothing replaces his role and the relationships built from the interaction of the subject within the school.

**Keywords:** Pandemic. Remote Teaching. Challenges. Literacy.

## Introdução

Com a rápida disseminação do COVID-19, detectado na China, a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou estado de emergência de saúde pública. Posteriormente, denominou o vírus como uma pandemia global, havendo necessidade do distanciamento para garantir a segurança e impedir a disseminação da Corona vírus. Consequentemente, comércios, escolas e outras atividades culturais tiveram que fechar as suas portas por tempo indeterminado, exigindo uma readaptação das escolas para utilização de plataformas digitais como ferramenta de ensino.

Em abril de 2020, Manaus atingiu seu primeiro pico do COVID-19. Neste cenário, instituições privadas adotaram o ensino remoto para reorganizar o calendário escolar e reduzir os impactos no processo de ensino-aprendizagem, inclusive, na educação básica, estando respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996 (LDBEN – 9.394/1996), que define no Artigo 32: “§4º O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 1996. p. 50).

O período de pandemia tem trazido grandes desafios a todos que fazem parte da comunidade escolar. As escolas, os alunos e muito menos os professores não esperavam que fosse se estender por tanto tempo o estado de pandemia, que se configura como momento de incertezas, ansiedade e notoriedade da desigualdade social. O país enfrenta uma crise sanitária, que resulta em crise econômica e política, gerando desemprego e colapso na saúde pública.

Partindo desse pressuposto, o problema da pesquisa se encontra nas dificuldades enfrentadas pelos alunos e docentes diante do Ensino Remoto, visto que o aluno está em processo de alfabetização e ainda não possui autonomia, exigindo o acompanhamento de uma pessoa letrada. O objetivo principal desta pesquisa é identificar os desafios no processo de alfabetização das crianças nos Anos Iniciais no período da pandemia, tendo como objetivos específicos verificar a participação dos alunos durante as aulas remotas, e levantar os desafios enfrentados pelos alunos e docentes durante esse processo.

A realização dessa pesquisa aconteceu por meio da experiência da autora durante o ensino remoto em uma escola particular localizada na cidade de Manaus e teve a necessidade de analisar o ensino remoto em tempos de pandemia, possibilitando a reflexão sobre as implicações técnicas e pedagógicas, verificando se durante o ensino remoto são atendidas às necessidades dos alunos e garante às especificações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC que propõe a “[...] integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos [...]” (BRASIL, 2017. p. 53).

O trabalho apresenta o histórico da pandemia com o intuito de relembrar as medidas de segurança que foram tomadas no âmbito educacional para manter a saúde e segurança de todos que fazem parte da comunidade escolar. Com isso, citamos as leis e decretos que viabilizam as aulas não presenciais através do ensino remoto e, posteriormente, o ensino híbrido e a exigência constante do hábito de higiene e adaptações na estrutura física da escola.

Partindo do pressuposto que o aluno está em processo de transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais, relembramos brevemente o objetivo da educação infantil que, por sua vez, não tem como função a alfabetização dos alunos, que ganha destaque nos anos iniciais, exigindo metodologias inovadoras que despertem o interesse do aluno e o inclua como sujeito no processo de ensino-aprendizagem.

Levantamos os desafios enfrentados pela escola, professores, alunos e responsáveis nesse momento atípico e discutimos as proposições feitas pela escola com o objetivo de dar continuidade no seu calendário escolar. Ao final, observa-se que o professor continua sendo a figura essencial na educação, tendo que reinventar sua metodologia e que através dessa nova forma de ensinar ganha notoriedade, também, a desigualdade social, revelando que os mais afetados continuam sendo os menos favorecidos.

**Histórico da Pandemia**

Em dezembro de 2019, na China, foi identificado o primeiro caso de pneumonia com causa desconhecida, que, após alguns dias, veio ser identificada como doença respiratória causada por infecção a partir da ingestão de um animal vendido no Mercado Municipal de Wuhan - China. Com a transmissão que ocorria de forma rápida, através de contato com gotículas de saliva de pessoas infectadas, o vírus se espalhou por outros países além da China, definindo a corona vírus como emergência de saúde internacional.

Partindo desse pressuposto, o Governo Federal declara Emergência de Saúde Pública de importância Nacional através da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, permitindo a contratação temporária de profissionais da saúde e a aquisição de bens e serviços. No dia 11 de março, o diretor geral da Organização Mundial de Saúde – OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou o vírus como uma pandemia global.

Estado de pandemia se caracteriza quando há uma doença infecciosa que se espalha rapidamente, saindo de seu lugar de origem e afetando outros países e continentes. Tedros Adhanom afirmou em seu discurso que “Descrever a situação como uma pandemia não altera a avaliação da OMS sobre a ameaça representada por esse vírus [...]” (GHEBREYESUS, 2020).

O que antes parecia uma realidade distante chegou ao estado do Amazonas, confirmando o caso em uma mulher recém chegada de Londres, esse foi o pontapé para o crescimento de casos confirmados na região, pois o que antes foi trazido tornou-se transmissão comunitária.

Em meio a este cenário, o Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, assinou o Decreto nº 42.061/2020 que dispõe sobre a situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas e, no artigo 2º, propõe medidas para enfrentamento inicial de emergência de saúde pública, suspendendo por 15 dias não só as atividades recreativas, como às aulas de rede estadual (AMAZONAS, 2020).

Foram tempos difíceis, que gerou desemprego, pânico, ansiedade, dor e sofrimento de muitas famílias, pois com o relaxamento das medidas preventivas por parte de pessoas que não acreditavam na veracidade do vírus, foi ocasionado a primeira onda de COVID-19, ou seja, Manaus se tornou o novo epicentro da pandemia, registrando colapso hospitalar e funerário, colocando o município como notícia mundial, através da abertura de valas comuns em cemitério para enterrar as vítimas e contêineres instalados fora dos hospitais para colocar os casos que foram a óbito.

A partir da necessidade de distanciamento social e fechamento de escolas, a educação passou a enfrentar desafios, exigindo novas formas para ensinar, tendo em vista que o ambiente escolar é, naturalmente, composto por relações sociais, por esse motivo foi tomada a decisão de suspensão das aulas, impedindo surto do vírus no ambiente escolar.

*Medidas de saúde pública nas escolas no contexto da COVID-19*

Países do mundo todo adotaram novas medidas sociais e de saúde pública em relação à restrição de circulação de pessoas, fechando escolas, empresas e fronteiras internacionais, para impedir a transmissão do vírus. A decisão do fechamento das escolas foi feita com o objetivo de manter a saúde das pessoas da comunidade escolar, impedindo um surto da COVID-19 através da transmissão comunitária, levando em consideração que nenhuma escola estava preparada para atender as exigências de segurança da comunidade, precisando de um tempo para haver as mudanças necessárias e o entendimento de como ocorre à transmissão do vírus.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, as autoridades nacionais poderiam fazer *checklist* a partir da identificação dos riscos em nível local, entre eles: o entendimento atual da transmissão da COVID-19 e sua gravidade em crianças, a situação e epidemiologia local de onde as escolas se localizam, o ambiente escolar e a capacidade de manter as medidas de controle e prevenção da COVID-19 (OPAS, 2020).

Inicialmente, a pretensão era de manter as escolas fechadas durante 15 dias, nesse período seria possível fazer uma avaliação de riscos que visava tanto a infraestrutura escolar, quanto os recursos para as adaptações que seriam necessárias para um retorno seguro, impedindo a aglomeração e contaminação, possibilitando a implantação de novas medidas para estimular a higiene constante das mãos, das superfícies, uso de máscara e respeito ao distanciamento social. Entretanto, esse período se estendeu por tempo indeterminado, causando ansiedade e incerteza a todos.

Durante esse tempo, o Ministério da Educação - MEC, junto ao Conselho Nacional de Educação – CNE, numa tentativa de salvar o ano letivo e impedir o regresso que os alunos teriam se ficassem sem aulas por tempo indeterminado, propuseram as atividades não presenciais através do Parecer CNE/CP nº 05/2020, possibilitando o estudo por meios eletrônicos no período emergencial.

Em meio a tantas adaptações tecnológicas e discussões sobre o ensino remoto, é necessário fazer uma distinção entre Ensino Remoto e Educação a Distância – EaD, para evitar a leitura equivocada do Parecer nº 05/2020. Vale ressaltar que a Educação a Distância é uma modalidade de ensino prevista na LDBEN/1996 e tem sua própria metodologia através de recursos midiáticos, enquanto o Ensino Remoto é uma estratégia de ensino emergencial.

Segundo Alves, a EaD tem sua carga horária dividida em horas síncronas e assíncronas e o aluno opta por cursar, enquanto o ensino remoto emergencial é uma complementação da aprendizagem que é utilizado meios de comunicação para viabilizar as atividades feitas fora da escola (ALVES, 2020).

O Parecer CNE/CP nº 05/2020 também sugeriu o processo avaliativo a ser adotado pelas instituições, buscando a garantia de uma avaliação equilibrada para assegurar igualdade a todos que participarem, tendo em vista as diferentes realidades dos sujeitos frente à pandemia. O processo avaliativo deve ocorrer, objetivando a diminuição de reprovações, assim como a redução da evasão escolar (BRASIL, 2020).

Algumas instituições de ensino privado se equiparam para atender a demanda do ensino remoto, oferecendo aulas ao vivo e atividade interativas com os alunos de forma online, enquanto outras se encontravam despreparadas e tiveram que fechar as suas portas por falta de recursos, criando o canal de comunicação para orientação e suporte a comunidade escolar.

Por outro lado, entre as instituições que aderiram o ensino remoto, muitas estavam sem planejamento ou até mesmo recursos suficientes para realização das aulas, enfrentando muitas dificuldades relacionadas não somente ao uso de tecnologias, mas também à falta de treinamento dos docentes que iriam utilizá-las, até mesmo a dificuldade de adaptação a nova rotina de trabalho, a qual o professor passou a trabalhar por muito mais tempo, não conseguindo conciliar seu trabalho e suas atividades domésticas.

Levando em consideração que o isolamento social e as medidas restritivas dependem do percentual de contágio, o retorno as atividades escolares aconteceriam de forma híbrida, ou seja, haveria o escalonamento de grupos respeitando o distanciamento social.

Portanto, a medida de saúde pública dentro das escolas tem o objetivo de manter a saúde da comunidade escolar, tendo em vista que os alunos podem ter dificuldades de manter o distanciamento físico. Após a reabertura, a escola deve estar atenta aos hábitos de higiene adotando práticas diárias, tais como: orientação sobre a prevenção do vírus, hábitos de limpeza e etc. A escola também deve analisar a efetividade dos métodos que serão utilizados no ensino híbrido e o retorno dado pelos pais e alunos, de modo que garanta a aprendizagem e reduza as tendências de evasão escolar.

**Transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais e os desafios da alfabetização**

Com a implementação da Lei nº 11.274/2006, alterando a redação do artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Ensino Fundamental se tornou obrigatório a partir dos 6 anos de idade, tendo duração de 9 anos (BRASIL, 2006). Essa lei foi promulgada com o objetivo de reduzir o fracasso escolar e diminuir a evasão no início da escolarização, aumentando o tempo destinado a alfabetização. Neste período, ocorre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Ressaltamos que a Educação Infantil não tem como função alfabetizar, considerando que o desenvolvimento da criança ocorre de forma processual, visto que os sujeitos acumulam aprendizagens ao mesmo tempo em que interagem com o meio físico e social. Na Educação Infantil, a concepção que se vincula atualmente é a de cuidar e educar. O ideal para o aprendizado da criança nessa fase é a utilização do lúdico através de desenhos, modelagem, jogos e brincadeiras.

O Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI deixa claro a função das instituições de Educação Infantil, quanto ao ensino e os métodos a serem usados, tendo como função o educar e o cuidar, ensinando funções sociais para as crianças com o intuito de obter o desenvolvimento do indivíduo. De acordo com o RCNEI (1998, p. 23.) o papel da instituição em relação ao ensino seria de “[...] oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos”.

Devem ser assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento garantidos pela BNCC, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2017). Nesta fase, a criança está desenvolvendo sua coordenação motora, aprendendo sobre seu corpo, ou seja, se desenvolvendo através dos movimentos corporais e dos impulsos por querer aprender com o mundo, por isso que as crianças são afetadas por influências externas.

Segundo Zanatta, Marcon e Maraschin

[...] a educação infantil é matriarcada na brincadeira, no jogo, no faz de conta, na liberdade de pensamento, entre outros, e que os anos iniciais ocupam-se da atividade de estudo de forma sistemática, minimizando o jogo, o brinquedo e a brincadeira, há uma ruptura substancial, a qual precisa ser mediada por práticas pedagógicas coerentes e pela articulação via diálogo com as crianças e com seus interlocutores (2015. p. 5625).

Contudo, a BNCC (2017) propõe a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo de modo que sejam consideradas as aprendizagens da criança e o que ela sabe fazer, com o objetivo de ajudar os estudantes a sanar os desafios enfrentados na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Portanto, a organização do currículo deve ser adequada a necessidades dos alunos que estão iniciando no ensino fundamental, entretanto, nos anos iniciais, a prioridade é dada a alfabetização com o intuito de ensinar a ler e escrever. Vale considerar que as crianças que não tiveram acesso à Educação Infantil sentirão muitas dificuldades e até mesmo frustração, tendo em vista que não tiveram as mesmas oportunidades de aprendizagens que as crianças que tiveram acesso.

*Metodologia da Alfabetização*

Alfabetização é designada como processo de aprendizagem da aquisição da leitura e escrita. Esse processo ocorre a muito tempo e foi evoluindo de acordo com a necessidade das pessoas, tendo como objetivo a comunicação.

De acordo com Russo e Viana (2001) as crianças passam por 5 níveis no processo de alfabetização, sendo eles:

Pré-silábico: as crianças realizam garatujas, rabiscos e não fazem a diferenciação de números e letras; nível Intermediário I: as crianças já conseguem diferenciar a escrita das imagens e numerais; silábico: considera que a escrita representa a fala e supõe que a menor unidade da língua é a sílaba; silábico alfabético: neste nível, a criança compreende que a escrita representa o som da fala e passa a combinar as vogais ou consoantes; nível alfabético: a criança compreende que a escrita tem função social que é comunicar.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1991) “entende-se como alfabetizada a criança que dominou a base alfabética do sistema de escrita, que lê com compreensão e escreve textos com sentido possíveis de serem lidos, mesmo que apresentem erros de ortografia” (apud RUSSO; VIANA, 2001. p. 32).

Contudo, no processo de alfabetização é indispensável o uso de práticas inovadoras, pois o ensino não deve ser centrado na memorização de letras e sílabas, de acordo com Abreu et al. (2000. p. 9) “A alfabetização é uma aprendizagem mais ampla e complexa do que o ‘bê-a-bá’, ou seja, a criança precisa compreender que os sons da fala podem ser representados graficamente”.

Segundo a concepção de Carvalho (2002), as atividades que despertam a curiosidade do aluno que está sendo alfabetizado não incluem exercícios tradicionais, pois a psicomotricidade do indivíduo pode ser desenvolvida no decorrer do processo de aquisição da leitura e letramento.

O professor pode incluir em sua metodologia a utilização de diferentes gêneros textuais, inclusive os que eles já estejam familiarizados, tais como: escritas de rótulos, placas e outros conteúdos que a criança tenha curiosidade, pois, de acordo com Russo e Viana (2001, p. 28), “aprendizagem é um processo de apropriação do conhecimento que só é possível com o pensar e o agir do sujeito sobre o objeto que ele quer conhecer”.

Vale ressaltar que para alfabetizar é necessário colocar o aluno como sujeito ativo nesse processo, permitindo que o aluno interaja com o objeto de conhecimento e com os outros, ou seja, para o aprendizado é necessário ter contato com conteúdos externos. A criança que não tem um ambiente que favoreça essa interação e que o adulto não a incentiva no seu desenvolvimento pode ter dificuldades na aprendizagem, considerando que o desenvolvimento se inicia a partir do início da interação, por meio de ações cognitivas (KRAMER, 2004).

Portanto, alfabetizar não é ensinar o ato de memorização, vai muito além, é comunicação, preparar a criança para vida para que se torne um cidadão crítico, capaz de ler e entender o verdadeiro significado do texto, o professor alfabetizador possui uma grande responsabilidade com a educação e a formação do leitor, realizando atividades que garantam que o sujeito saiba produzir um texto e repassar uma mensagem através dele, já que esse é o objetivo da escrita.

*Mediações didáticas no processo de Ensino e Aprendizagem*

Através do processo de ensino-aprendizagem ocorre o estímulo para o desenvolvimento das capacidades cognitivas do indivíduo, ensinar vai além da transmissão do conhecimento. De acordo com Libâneo (2006), a transmissão e a assimilação são dois fatores indissociáveis no processo de ensino. Através das mediações didáticas o professor adapta o conteúdo de forma didática, ou seja, ele dá condições para que ocorra a aquisição dos conhecimentos de forma ativa, possibilitando a autonomia do aluno, contribuindo com o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais.

É indispensável que o professor tenha o domínio do conteúdo a ser explorado, tendo em vista que ensinar não se limita a memorização ou somente reprodução das atividades do livro didático. Ainda é possível encontrar professores que usam o método tradicional, entretanto, este método priva os alunos de desenvolverem as suas potencialidades e se tornar sujeito crítico e reflexivo.

De acordo com Libâneo (2006), através da aprendizagem organizada o sujeito aprende conteúdos específicos e a escola deve dar condições para que ocorra a transmissão desses conhecimentos. Em sala de aula, o professor planeja e organiza seus conteúdos com essa finalidade, inserindo o aluno como sujeito ativo instigando a sua curiosidade e propondo a interação entre o sujeito e o meio físico e cultural. Vale ressaltar que a interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento permite que o aluno conheça as características do objeto e construa seu conhecimento, assim como propõe novas funções a ele de acordo com as suas necessidades.

**Descrição Metodológica**

Para a realização de pesquisas científicas utiliza-se métodos e técnicas a fim de atingir os resultados. Para realização desta pesquisa, primeiramente, foi realizado o levantamento de dados através da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando teses, dissertações e artigos publicados e a observação de leis e decretos que asseguram a utilização do Ensino Remoto Emergencial.

.Para atingir os objetivos de identificar os desafios no processo de alfabetização das crianças nos Anos Iniciais no período da pandemia, verificar a participação dos alunos durante as aulas remotas e levantar os desafios enfrentados pelos alunos e docentes neste momento atípico, foi utilizado o método hipotético-dedutivo com abordagem qualitativa, tendo como técnica a pesquisa de campo em uma escola particular na cidade de Manaus, onde a pesquisadora atua na função de estagiária. De acordo com Prodanov e Freitas:

A pesquisa científica, com abordagem hipotético-dedutiva, inicia-se com a formulação de um problema e com sua descrição clara e precisa, a fim de facilitar a obtenção de um modelo simplificado e a identificação de outros conhecimentos e instrumentos, relevantes ao problema, que auxiliarão o pesquisador em seu trabalho. Após esse estudo preparatório, o pesquisador passa para a fase de observação (2013. p. 32).

Através da atuação no local da pesquisa, foi possível observar e coletar informações sobre o problema da pesquisa, consistindo na observação dos fatos e como eles ocorrem.

Para a observação, inicialmente utilizamos as ferramentas *Google Meet* e *Google Classroom* durante o período em que a escola se manteve fechada, posteriormente, a observação foi realizada durante o ensino híbrido, possibilitando o acesso aos materiais dos alunos e acompanhamento da realização das atividades que foram desenvolvidas no período em que houve as aulas remotas.

Ressaltamos que com a necessidade de distanciamento social, o ensino remoto foi utilizado como estratégia emergencial, possibilitando a realização de aulas não presenciais, posteriormente, foi adotado o ensino híbrido que é uma metodologia que une aulas online e aulas presenciais com o auxílio de tecnologias.

**Apresentação, análise e interpretação dos resultados**

Após a divulgação do decreto nº 42.061/2020, a escola particular onde foi feita a pesquisa iniciou seu plano de implementação, organização e adaptação para as aulas não presenciais. Para isso, foi necessário tempo para o Conselho Executivo Pedagógico[[2]](#footnote-3) realizar um comitê de soluções e, posteriormente, compartilhar com a comunidade escolar por meio de reuniões feitas pelo aplicativo WhatsApp.

Com a data de retorno incerta, a escola teve que sair da rotina e abraçar o desafio de encarar as aulas remotas, buscando novas possibilidades diante da crise. Durante o comitê realizado, foi discutida a necessidade de compor uma estrutura escolar de forma eficaz durante o ensino remoto, tendo como proposta inicial o envio de links de atividades online para substituir as aulas presenciais.

No caso da Educação Infantil, os funcionários tiveram que ir até a escola para organizar e planejar atividades a serem feitas para as crianças. Para tanto, a escola disponibilizou “kits”, contendo papéis com atividades de recorte e colagem, EVA, tinta etc. Entretanto, no decorrer dos dias de distanciamento, foi notório que, em todos os segmentos, os alunos sentiam falta de estarem na escola com os professores e colegas. Fato que impulsionou a escola a iniciar as aulas síncronas, possibilitando o contato de todos, buscando o bem estar dos alunos.

Durante o ensino remoto, a escola manteve o planejamento de conteúdos proposto no início do ano letivo, porém com adaptações de acordo com os recursos digitais, tais como: realização de aulas síncronas, aulas gravadas e avaliações de forma remota.

Durante as observações, percebeu-se que desde a Educação Infantil, as crianças têm o contato constante com as letras e números, possibilitando que ela chegue no 1º ano do Ensino Fundamental já sabendo ler e escrever, apesar de a Educação Infantil não ter como função alfabetizar, mas desenvolver as capacidades do indivíduo através de jogos e brincadeiras lúdicas, nas quais o sujeito é ativo no seu processo de ensino, pois a BNCC assegura que “[...] as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los [...]” (BRASIL, 2017. p. 35).

Com a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é indispensável a inclusão do lúdico nas metodologias, não deixando restritas somente na Educação Infantil, pois o uso do lúdico perpassa pelos diferentes níveis da escolaridade, ou seja, está presente nas diferentes etapas da vida do sujeito, e também, a BNCC (2017) propõe a continuidade dos processos de aprendizagem.

Nos anos iniciais, continuamos lidando com sujeitos em processo de desenvolvimento de sua autonomia e precisam que as suas singularidades sejam atendidas, exigindo o acompanhamento de um adulto que colabore com esse processo e que seja capaz de respeitar e refletir sobre a infância, pois o aluno não deixa de ser criança ao ingressar no ensino fundamental.

Houve muitos desafios a serem enfrentados por todos, além dos problemas técnicos, ainda havia problemas comportamentais durante as aulas. Muitas vezes, as aulas eram interrompidas pelos alunos com assuntos que não se tratava do conteúdo exposto pelo docente, ou até mesmo pelos pais, sendo necessária a intervenção das professoras auxiliares.

Neste momento atípico, o ato de ensinar e, principalmente, alfabetizar é considerado um desafio, pois as realidades são diferentes, as implicações atrapalham a comunicação entre os indivíduos que participam das reuniões online. Collelo (2020) afirma que há a invasão do espaço do outro ao decorrer das aulas tornando possível presenciar a intimidade familiar e condições desiguais de moradia e outras interferências que causam constrangimento.

Com isso, durante o período de aulas remotas a coordenação entrava em contato com os responsáveis através de e-mail ou telefone para que os responsáveis colaborassem com o acompanhamento pedagógico para garantir o desenvolvimento dos alunos, tendo em vista que o diálogo com os pais é um fator primordial durante esse processo, conforme afirma Resende e Melo:

Pensar o trabalho por meio de uma gestão cooperativa, neste atual contexto, pode contribuir para o desenvolvimento de novas rotinas, envolvendo toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, funcionários), pois entender que a participação de todos é fundamental para uma educação inclusiva e efetiva (2020. p. 93).

Durante o ensino remoto foi dada continuidade das atividades do livro didático, entretanto, não era possível ter o controle da realização das atividades dos livros dos alunos, pois os professores faziam a autocorreção das tarefas e não exigiam fotos das atividades do dia.

Entretanto, focar somente na realização das atividades do livro ou usar o método tradicional não é desafiador para o aluno. Como afirma Libâneo (2006), possibilita apenas que grave na mente e não reformule os conceitos com suas próprias hipóteses, sendo uma atividade receptiva que não mobiliza sua atividade mental para que desenvolva a sua capacidade intelectual.

Ensinar não é só transmitir conhecimento, é estar aberto para o diálogo, a curiosidades para que seja formado um sujeito crítico capaz de refletir sobre a realidade. De acordo com Freire “[...] ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2019. p. 47).

O aluno aprende melhor quando está sendo colocado em situações propícias para a sua aprendizagem, possibilitando a busca pelo conhecimento de acordo com os seus interesses e necessidades, conforme Libâneo (2006), o sujeito deixa o caráter tecnicista baseado nos conteúdos que já havia sido sistematizado e passa a ser um processo ativo que permite o sujeito refletir acerca da realidade.

A partir de atividades de leituras de textos e o acompanhamento feito antes da paralisação das aulas, foi possível selecionar alunos para algumas aulas de reforço de gramática, momento no qual os alunos liam textos e no final respondiam perguntas com o objetivo de verificar se o aluno conseguia compreender a mensagem que o texto repassava.

Considerando que a escola, durante o ensino remoto, buscava o bem estar dos alunos através do entretenimento, foi realizado o recreio literário com objetivo despertar o interesse do aluno pela leitura. Neste momento, eram realizadas a contação de histórias da literatura infantil, as professoras montavam os cenários e até se caracterizavam como os personagens, instigando a imaginação do aluno.

O acompanhamento escolar era realizado a partir da observação da participação dos alunos nas aulas e realização de relatórios feitos pelos professores e repassados para a coordenação. Contudo, o sistema de avaliação seguia de acordo com o calendário escolar e ocorria de duas formas: por meio de provas e testes e através das considerações feitas a partir do desenvolvimento e valores comportamentais de todos que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem.

Na educação, a avaliação deve ser constante e é um processo que possibilita o professor acompanhar os resultados do processo de ensino-aprendizagem, a fim de detectar os progressos e dificuldades dos alunos e, de acordo com Libâneo (2006, P. 195), “[...] é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas”.

Sabendo das dificuldades que seriam enfrentadas nos Anos Iniciais, o Parecer nº 05/2020 propõe atividades mais estruturadas, visando o desenvolvimento das habilidades básicas dos alunos em processo de alfabetização, assim como sugere que a escola oriente a família para que aconteça o acompanhamento e realização das atividades.

O Parecer CNE/CP Nº 05/2020 afirma que “é importante garantir uma avaliação equilibrada dos estudantes em função das diferentes situações que serão enfrentadas em cada sistema de ensino, assegurando as mesmas oportunidades a todos que participam das avaliações” (BRASIL, 2020. p. 20). Dessa forma, a escola optou por fazer questionários pelo *Google Forms*, estando disponível durante 24 horas para os alunos.

Durante os testes, os alunos tiveram um ótimo desempenho, apresentando notas excelentes. Entretanto, durante o ensino híbrido verificamos que algumas crianças ainda não tinham domínio dos conteúdos, o que nos fez duvidar de como ou quem realizou os testes.

A escola seguiu todos os protocolos de segurança mudando a sua estrutura física e realizando treinamentos e exames para diagnosticar o contágio do vírus entre os professores. Quando o Governo do Estado do Amazonas apresentou o plano de reabertura de comércios, escolas e atividades culturais, através do Decreto Nº 42.330 de 28 de Maio de 2020, começaram as organizações para o acolhimento dos alunos no ensino híbrido, levando em conta que o isolamento social também pode afetar a saúde mental das pessoas, que, no caso das crianças, sentiam saudades de estar na escola com os amigos e professores, conforme afirma Dutra, Carvalho e Saraiva (2020) as mudanças enfrentadas ultrapassam o fato de não estar em contato direto com os amigos, professores e não ter os momentos recreativos na escola, mas também afeta as suas práticas.

O Ensino Híbrido não durou muito tempo com as turmas de 1º ano e 2º ano, logo essas turmas tiveram que vir em sua totalidade para as aulas presenciais, pois os pais afirmavam as grandes dificuldades dos alunos em aprender o conteúdo, a se comunicar e a falta de tempo para acompanhar os seus filhos nas aulas. Considerando que o apoio e acompanhamento da família são fatores que podem determinar a participação do aluno e influenciam no seu desempenho durante essa proposta de ensino (COLLELO, 2020).

Vale ressaltar que o MEC disponibilizou um curso de alfabetização para os educadores e interessados com intuito de mediar este processo, visando melhor aproveitamento durante o ensino remoto emergencial. Mesmo que a educação seja dever do Estado e da família não deve ser exigido que os pais assumam o papel de educador, pois eles não têm formação específica para isso. Como afirma Cury:

[...] Ficam evidentes os limites de um ensino doméstico. Os pais ou tutores ou cuidadores, exceto os que são profissionais do magistério, não são profissionalizados, não foram preparados para tal situação. E, mesmo assim, nem todos os profissionalizados o são para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental (2020. p. 14-15).

Contudo, algumas famílias do 1º ano optaram por contratar professores de reforço para auxiliar seus filhos, o que ajudou significativamente no desempenho, fato que não ocorreu entre os alunos das turmas de 2º ano e 3º ano, que apresentaram mais dificuldades, talvez, pela falta de acompanhamento.

No retorno das aulas, algumas crianças relataram parecer um sonho estar de volta, e que no ensino remoto aprendiam menos por não estar em constante interação, reafirmando que “[...] o homem só se constitui a partir da sua relação com o outro e com o mundo. O mundo torna-se o mediador do processo educativo junto às relações humanas [...]” (RESENDE; MELO, 2020. p. 89), ou seja, a partir da interação entre os sujeitos e o meio em que vivem a criança adquire conhecimentos e desenvolve as suas funções cognitivas. Em meios de muitas queixas, relatavam achar o modelo de aulas online muito “técnico”, fato que impedia o seu aprendizado por acontecer muitos problemas no computador, na internet, no acesso a conta e etc.

Ao corrigir as atividades que antes foram feitas, observamos que alunos que antes conseguiam desenvolver as atividades de forma proveitosa, estavam com muitas dificuldades na escrita, na leitura e não conseguiam mais seguir o mesmo ritmo para acompanhar as aulas, muito menos se lembravam dos conteúdos que antes foram estudados. Por este motivo, o Conselho Executivo Pedagógico decidiu que no início do ano letivo de 2021 serão priorizadas as aulas de revisão de conteúdo para amenizar os impactos sofridos durante 2020.

Muitos alunos não faziam as atividades em casa, os livros e apostilas estavam em branco desde quando aderimos ao ensino remoto, eram recorrentes as reclamações dos alunos que afirmavam estarem sobrecarregados de atividades, neste caso, para alcançar os objetivos era necessário um acompanhamento rigoroso. Contudo, fazer o acompanhamento individual se tornou uma atividade difícil, pois alguns pais tiravam seus filhos das aulas e outros não os ajudavam com seus trabalhos de casa.

Nestes casos, um dos fatores resultantes da pandemia foi a evasão escolar. Enquanto uns pais optaram por manter seus filhos somente no ensino remoto, outros alunos deixaram de participar das aulas por motivos de saúde, familiares ou até mesmo mudança de estado, em todos esses casos a escola tentou dialogar com os responsáveis.

Portanto, considerando os preceitos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, alfabetizar através do ensino remoto tem se tornado um desafio, tendo em vista que ninguém estava preparado para este momento atípico, precisava-se de tempo para que as escolas fossem adaptadas para atender as novas exigências e para que o professor fizesse seu planejamento, pois com a pandemia os docentes precisaram reinventar sua forma de trabalho. Nada substitui a escola, as relações e o desenvolvimento construído no contexto escolar, neste período à educação básica sofreu impactos, como afirma Collelo:

[...] os anos iniciais são justamente o segmento de maiores riscos: fragilidade de relações pessoais, desencanto com a escola, sobrecarga de atividades digitais, desmotivação para a realização das atividades e dispersão em função da rotina na tela do computador. Alguns depoimentos relatam que até mesmo muitas das crianças envolvidas com a aprendizagem apresentaram alterações de comportamento e de rendimento (COLLELO, 2020. p. 3).

**Considerações Finais**

O momento atípico que estamos vivendo mostra que o professor deve sempre se manter atualizado e preparado para possíveis mudanças. Durante a pandemia, o processo de educação e as pessoas envolvidas nele sofreram rupturas, mesmo buscando uma boa relação com a comunidade através de orientações, a família passa por dificuldades no acompanhamento do aluno.

As ferramentas tecnológicas foram indispensáveis, demonstrando à nova geração que a tecnologia não é somente um entretenimento, mas também um meio de aprendizagem, entretanto, deixa exposto a desigualdade social através da falta de acesso, mostrando que para alguns parece fácil, enquanto para outros é impossível.

Contudo, novamente o papel do professor se torna fundamental, apesar da constante desvalorização da classe, que enfrenta uma rotina exaustiva, trabalhando o dobro de sua jornada de trabalho e, em alguns casos, tirando recursos do próprio bolso (praticamente pagando para trabalhar), enquanto os responsáveis se reúnem para exigir redução dos valores das mensalidades, desconsiderando que há pessoas para receber o salário.

O ensino remoto foi proposto com o intuito de reduzir os impactos na aprendizagem, porém, os mais afetados foram as pessoas da classe menos favorecida, pois não possuem recursos para pagar uma instituição privada, as quais foram as primeiras a aderir o ensino remoto, assim como, uma das primeiras a voltarem para as atividades presenciais.

Entre os afetados estão os alunos em processo de alfabetização, principalmente os que não tiveram acesso à Educação Infantil, causando a frustração, fato que pode resultar na evasão escolar no início da escolarização. Durante as aulas, foi possível notar as fragilidades do processo de ensino que, apesar das dificuldades, ainda apresenta uma metodologia técnica, visando o fechamento de conteúdos do livro e deixando de considerar a realidade vivida e os processos cognitivos que estão em desenvolvimento.

Portanto, é imprescindível considerar a infância durante o processo de alfabetização, tendo em vista que os alunos estão em processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e estão em processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e escrita, sendo fundamental colocar o aluno como sujeito ativo neste processo, para isso, o professor deve avaliar o processo de ensino e aprendizagem buscando, através de suas práticas, acolherem estes alunos e tornar este momento menos frustrante, haja vista que o isolamento social também afeta a saúde mental dessas crianças que precisam estar em constante interação com o mundo e com os sujeitos. Educar vai além dos muros da escola, é bem mais que transmitir conhecimento e este é um desafio para todos.

## Referências

ABREU, Ana Rosa; ARATANGY, Claudia Rosenberg; MINGUES, Eliane, DIAS, Marilia Costa; DURANTE, Marta; WEISZ, Telma*.* **Alfabetização: Livro do professor.** Brasília: FUNDESCOLA/SEF-MEC, 2000.

ALVES, Marly Gomes da Silva. Vivências lúdicas na Educação Infantil e o contexto de pandemia de COVID-19 no Brasil (2020). **Monografia (graduação).** Universidade da Paraíba, Faculdade de Educação, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.274, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.**Parecer CNE/CP Nº 05/2020**.Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category\_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192](about:blank)>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/1996**. Brasília: 1996.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; VALE, Milene Miguel do; MARQUEZ, Suely Oliveira Moraes. **Metodologia do Trabalho Científico: Normas para a construção de trabalhos acadêmicos.**Manaus: EDUA, 2017.

CARVALHO, Marlene. **Guia Prático do Alfabetizador**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COLELLO. Silvia M. G. **Alfabetização em tempos de pandemia**. 2020

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação escolar e pandemia**. Pedagogia em Ação, v.13, n.1, 2020.

DOU, Diário Oficial da União. PORTARIA Nº 188, declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Relator: Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandeta. Publicação: 04/02/2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388#:~:text=Declara%20Emerg%C3%AAncia%20em%20Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica,Coronav%C3%ADrus%20(2019%2DnCoV).&text=Considerando%20que%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20demanda,Art>. Acesso em 10/12/2020.

DUTRA, Joyce Luzia Chaves.; CARVALHO, Natália Cristina Correa.; SARAIVA, Thamires Aparecida Rodrigues. **Os efeitos da pandemia de covid-19 na saúde mental das crianças**.Pedagogia em Ação, v.13, n.1, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 59. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, **DECRETO Nº 42.061**. Relator: Secretário de Estado Chefe da Casa Civil Carlos Alberto Souza de Almeida Filho e Governador Wilson Lima. Publicação: 16/03/2020.Leis Estaduais, 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/am/decreto-n-42061-2020-amazonas-dispoe-sobre-a-decretacao-de-situacao-de-emergencia-na-saude-publica-do-estado-do-amazonas-em-razao-da-disseminacao-do-novo-coronavirus-2019-ncov-e-institui-o-comite-intersetorial-de-enfrentamento-e-combate-ao-covid-19>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita- formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2004. p. 213.

LANDIN, Rita de Cassia de Souza. **Softwares educativos no contexto da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Carlos: UFScar, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo, Cortez: 2006.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Considerações para medidas de saúde pública relacionadas a escolas no contexto da COVID-19**. Número de referência OPAS: OPAS-W/BRA/COVID-19/20-063, 10 de maio de 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52177/OPASWBRACOVID1920063\_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y&ua=1>.Acesso em: 05 de outubro de 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

RESENDE, Natália Silva; MELO, Patrícia Eliane de. **Diálogos sobre a escola em contexto de pandemia**: contribuições do pensamento de Paulo Freire e do Construcionismo Social. Pedagogia em Ação, v.13, n.1, 2020.

RUSSO, Maria de Fátima; VIANA, Maria Inês Aguiar. **Alfabetização: um processo em construção.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

WERLANG, Sandra Danieli. Alfabetização e letramento mediados pela literatura infantil, no 1º ano do Ensino Fundamental. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

ZANATTA, Joana; MARCON, Vera Inês; MARASCHIN, Maria Lucia Marocco. O processo de transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Desafios e Possibilidades. In: **XII Congresso Nacional de Educação**. Anais do Congresso Nacional de Educação. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21717\_9248.pdf](about:blank)>. Acesso em: 05 dez. 2020.

1. Acadêmica do 10º período em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM). Keilaferreira.sousa@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
2. Composto pela direção geral, direção pedagógica, coordenações pedagógicas, psicólogas e tecnologia de informática. [↑](#footnote-ref-3)